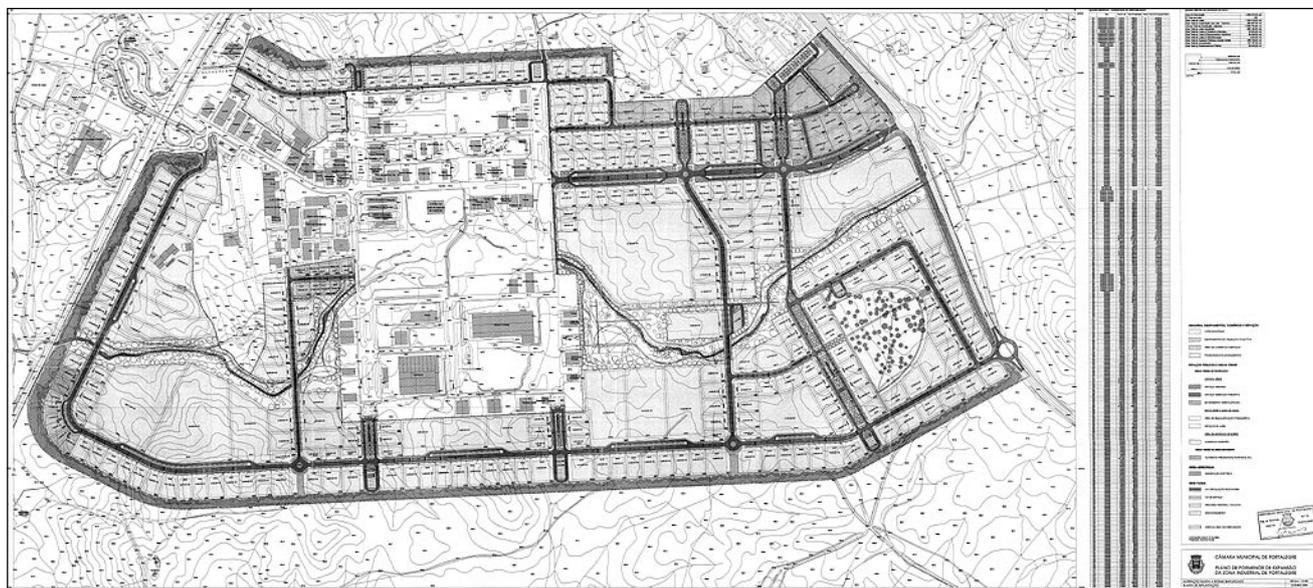


ANEXO N.º 2

Quadro síntese da ocupação do solo

	Área (metros quadrados)
Área de intervenção	1 669 473
Número total de lotes	294
Área total de lotes	1 042 315
Área total de implantação dos lotes (máxima)	560 957
Volume total de construção (máximo)	5 685 764,90
Área total de lotes industriais	965 194,50
Área total de lotes para comércio e serviços	22 694
Área total de lotes para equipamentos colectivos	50 926,50
Área total de lotes para infra-estruturas	3 500
Área total de espaços públicos e zonas verdes	368 730
Área total de arruamentos	147 157
Área total de estacionamento público	55 345



Instituto da Conservação da Natureza

Despacho n.º 7480/2006 (2.ª série). — *Delegação e subdelegação de competências nos dirigentes das áreas protegidas.* — Nos termos do disposto nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso da competência própria de presidente do Instituto da Conservação da Natureza constante do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e da competência delegada pelo conselho administrativo no despacho n.º 1/CADM/2005, de 3 de Janeiro, delegeo e subdelego nos seguintes dirigentes das áreas protegidas:

Presidente da comissão directiva do Parque Natural do Vale do Guadiana, Dr. Pedro Nuno Azenha Rocha;

Directora do Parque Natural da Ria Formosa e da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, engenheira Maria Isabel Silva Palmeira Pires:

1 — A competência necessária para autorizar e visar despesas até ao limite de € 4987,98, com enquadramento no Programa n.º 19, «Ambiente e ordenamento do território», medida n.º 08, «Áreas protegidas», projecto n.º 3161, «Vigilância e fiscalização», desde que previstas nos respectivos planos de actividades e orçamentos disponíveis e cumpridas as formalidades legais e procedimentos administrativos aplicáveis.

2 — Delego ainda a competência necessária para autorizar e visar despesas de aquisição de bens de limpeza e higiene, aquisição de material de escritório, comunicações e encargos com instalações (água, electricidade e gás/lenha para aquecimentos), até ao montante de € 40, € 290, € 100 e € 300, respectivamente.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura, considerando-se ratificados os actos que, no âmbito dos poderes delegados, tenham sido praticados desde 1 de Agosto e desde 27 de Dezembro de 2005, respectivamente pelo presidente da comissão directiva do Parque Natural do Vale do Guadiana e pela directora do Parque Natural da Ria Formosa.

9 de Março de 2006. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes.*

MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO
E DA SAÚDE

Aviso n.º 4136/2006 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Fevereiro de 2006 e de harmonia com o n.º 2 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, foi autorizada a aquisição directa de medicamentos a laboratórios importadores e grossistas pelo Instituto Português de Reumatologia, sito na Rua de D. Estefânia, 187-189, 1000-154 Lisboa, para o seu consumo próprio, com excepção de medicamentos com substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, sujeitos a regime especial.

22 de Março de 2006. — O Director-Geral da Empresa, *Hélder Oliveira.* — Pelo Conselho de Administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento, o Presidente, *Vasco A. J. Maria.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Declaração n.º 52/2006 (2.ª série). — Por despacho de 19 de Janeiro de 2006 do Secretário de Estado Adjunto da Agricultura e das Pescas, foi retirado o reconhecimento como organização de produtores à BIVALPESCA — Organização de Produtores da Pesca de Bivalves com Ganchorra, C. R. L., por se terem verificado irreparáveis interregnos e longos períodos de incumprimento das exigências comunitárias a que esta OP estava obrigada, nomeadamente quanto à obser-

vância do artigo 5.º do Regulamento (CE) n.º 104/2000, do Conselho, de 17 de Dezembro de 1999, que estabelece a organização comum de mercado dos produtos da pesca e da aquicultura e das obrigações de informação necessárias à avaliação da actividade da OP previstas no primeiro travessão da subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 2318/2001, da Comissão, de 29 de Novembro.

9 de Março de 2006. — O Director-Geral, *Eurico Monteiro*.

Direcção-Geral dos Recursos Florestais

Despacho n.º 7481/2006 (2.ª série). — Por despacho de 15 de Março de 2006 da subdirectora-geral dos Recursos Florestais — dada por finda a requisição da assistente administrativa Marisa dos Anjos Parreira Menino dos Santos, do quadro da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, com efeitos à data da publicação no *Diário da República*, 2.ª série. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Março de 2006. — O Chefe de Divisão, *Manuel Rosa*.

Direcção Regional de Agricultura do Algarve

Aviso n.º 4137/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que a lista de antiguidade dos funcionários do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Algarve reportada a 31 de Dezembro de 2005 se encontra afixada nos *placards* destinados para o efeito.

Da organização da citada lista cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da data de publicação deste aviso no *Diário da República*, de acordo com o n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma.

13 de Março de 2006. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Despacho n.º 7482/2006 (2.ª série). — Considerando que Maria João Mendes de Almeida Nabo, técnica superior principal da carreira de técnico superior, foi nomeada, em regime de substituição, no cargo de directora de serviços de Administração da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, por despacho de 15 de Dezembro de 2005, com produção de efeitos a partir de 19 do mesmo mês, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 25 de Janeiro de 2006;

Considerando que Mário Nuno Valente Lopes Dias, técnico superior principal da carreira de engenheiro, foi nomeado, em regime de substituição, no cargo de director de serviços de Desenvolvimento Rural da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, por despacho de 30 de Dezembro de 2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 10 de Fevereiro de 2006;

Considerando que Mário Nuno Valente Lopes Dias assegura, cumulativamente, a coordenação do Agrupamento de Zonas Agrárias do Sotavento desde 30 de Dezembro de 2005;

Considerando a necessidade de imprimir celeridade e eficácia ao funcionamento das diferentes unidades orgânicas, privilegiando-se a responsabilidade dos dirigentes e o controlo dos resultados, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos n.ºs 2 e 3 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e dos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo, delegeo nos supra-identificados directores de serviço as seguintes competências:

1 — Assinatura de toda a correspondência e expediente corrente relacionados com as atribuições das respectivas unidades orgânicas, com excepção da que seja dirigida aos membros do Governo, seus gabinetes, secretarias-gerais, direcções-gerais, institutos, serviços de auditoria e inspecção e câmaras municipais.

2 — Na directora de serviços de Administração, Maria João Mendes de Almeida Nabo:

- Assinar certidões relativas a vencimentos auferidos, posição na carreira e outros documentos ou declarações que se refiram à situação profissional dos funcionários;
- Assinar requisições de transporte relativas a deslocações de funcionárias, desde que previamente autorizadas;
- Assinar requisições para aquisição de bens e serviços cuja despesa esteja previamente autorizada;
- Autorizar o pagamento de despesas correntes em conta do fundo de maneio e de acordo com o despacho específico de distribuição das respectivas importâncias;
- Assinar cheques.

3 — Ao abrigo dos normativos legais supra e ainda para os efeitos do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho,

delego nos mesmos dirigentes competência para autorizar despesas com locação e aquisição de bens e serviço:

- Directora de serviços de Administração, Maria João Mendes de Almeida Nabo, até ao limite de € 10 000;
- Director de serviços de Desenvolvimento Rural, como coordenador do Agrupamento de Zonas Agrárias do Sotavento, Mário Nuno Valente Lopes Dias, até ao limite de € 1500.

4 — Os dois dirigentes ficam autorizados a subdelegar, no todo ou em parte, as competências que ora lhes são delegadas.

5 — O presente despacho ratifica todos os actos praticados, no âmbito dos poderes ora delegados, entre 19 de Dezembro de 2005 e a data de publicação do presente despacho pela directora de serviços de Administração e entre 30 de Dezembro de 2005 e a data de publicação do presente despacho pelo director de serviços de Desenvolvimento Rural.

8 de Março de 2006. — O Director Regional, *Joaquim Castelão Rodrigues*.

Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste

Despacho (extracto) n.º 7483/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Março de 2006 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste:

Maria Elizete da Costa Jardim Pardo de Oliveira, Ana Maria Fiadeiro de Sousa Falcão Alberty e Maria de Fátima Garção Ferreira, técnicas superiores principais da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste — nomeadas, mediante concurso, na categoria de assessor, da mesma carreira e quadro, com efeitos reportados a 11 de Janeiro de 2006, considerando-se exoneradas dos lugares anteriores a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2006. — O Director Regional, *António José Rego*.

Despacho (extracto) n.º 7484/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Março de 2006 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste:

Ana Luísa Ramos Rainho Monteiro e Maria Carolina Paixão Varela Ribeiro, técnicas superiores de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste — nomeadas, mediante concurso, na categoria de técnico superior principal, da mesma carreira e quadro, com efeitos reportados a 11 de Janeiro de 2006, considerando-se exoneradas dos lugares anteriores a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2006. — O Director Regional, *António José Rego*.

Despacho (extracto) n.º 7485/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Março de 2006 do director regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste:

Maria Odete Figueira Gonçalves, Maria Alice da Conceição Mata da Silva, Maria de Lurdes de Jesus Ferreira dos Santos, Rosa Maria Hortelão Grilo, Ludovina Marques Henriques Simões e Georgina Maria Gonçalves, cozinheiras, da carreira de cozinheiro do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste — nomeadas, mediante concurso, na categoria de cozinheiro principal, da mesma carreira e quadro, com efeitos reportados a 11 de Janeiro de 2006, considerando-se exoneradas dos lugares anteriores a partir da mesma data. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2006. — O Director Regional, *António José Rego*.

Despacho (extracto) n.º 7486/2006 (2.ª série). — Por despachos de 8 e 9 de Março de 2006 respectivamente do subdirector regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste e da subdirectora-geral dos Serviços Prisionais, no uso de competências delegadas:

José Carlos Grave Carreto, assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — autorizada a prorrogação da requisição, pelo período de um ano, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Março de 2006. — O Director Regional, *António José Rego*.